



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
CNPJ nº 29.030.467/0001-66
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo - SP



Tel.: (11) 2202-8100
www.br.scotiabank.com

Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016

Sumário

Relatório da Administração	3
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	5
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	5
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	11

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Scotiabank Brasil submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, acompanhados das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A administração garante a capacidade financeira do Banco e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular BACEN nº 3.068/01.

Agradecimentos: O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Diretoria Executiva

Balancos Patrimoniais

em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016
Circulante	2.717.156	2.408.877	Circulante	1.153.640	2.250.127
Disponibilidades	14.669	10.710	Depósitos	560.217	572.607
Aplicações interfinanceiras de liquidez	670.614	460.160	Depósitos à vista	206	5.788
Aplicações no mercado aberto	560.056	323.782	Depósitos interfinanceiros	70.089	86.428
Aplicações em depósitos interfinanceiros	110.558	136.378	Depósitos a prazo	489.922	480.391
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.443.243	1.125.304	Captações no mercado aberto	-	100.500
Carteira própria	535.351	158.754	Carteira própria	-	100.500
Vinculados a operações compromissadas	-	100.657	Recursos de aceites e emissão de títulos	20.935	58.297
Instrumentos financeiros derivativos	241.954	161.330	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	20.935	58.297
Vinculados a prestação de garantias	665.938	704.563	Relações interdependências	1.004	64.212
Relações interfinanceiras	13	1.327	Recursos em trânsito de terceiros	1.004	64.212
Créditos vinculados:			Obrigações por empréstimos	466.433	1.259.304
Depósitos no Banco Central	13	4	Empréstimos no exterior	466.433	1.259.304
Correspondentes	-	1.323	Instrumentos financeiros derivativos	36.684	143.260
Operações de crédito	212.511	135.524	Instrumentos financeiros derivativos	36.684	143.260
Operações de crédito			Outras obrigações	68.367	51.947
Setor privado	214.821	136.278	Carteira de câmbio	9.679	7.923
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.310)	(754)	Fiscais e previdenciárias	44.454	1.546
Outros créditos	375.282	675.155	Negociação e intermediação de valores	1.049	29.891
Carteira de câmbio	298.739	614.117	Diversas	13.185	12.587
Rendas a receber	6	-	Exigível a longo prazo	1.810.533	465.786
Negociação e intermediação de valores	1.196	6.146	Depósitos	1.174.997	181.075
Diversos	176.882	60.735	Depósitos a prazo	1.174.997	181.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(101.541)	(5.843)	Recursos de aceites e emissão de títulos	738	18.814
Outros valores e bens	824	697	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	738	18.814
Despesas antecipadas	824	697	Obrigações por empréstimos	569.750	134.372
Realizável a longo prazo	744.494	818.383	Empréstimos no exterior	569.750	134.372
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	97.816	556.776	Instrumentos financeiros derivativos	14.291	58.780
Carteira própria	17.406	159.376	Instrumentos financeiros derivativos	14.291	58.780
Instrumentos financeiros derivativos	80.410	397.400	Outras obrigações	50.757	72.745
Operações de crédito	593.699	202.781	Fiscais e previdenciárias	22.045	45.346
Operações de crédito			Diversas	28.712	27.399
Setor privado	594.199	203.499	Resultados de exercícios futuros	-	1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(500)	(718)	Resultados de exercícios futuros	-	1
Outros créditos	52.936	58.701	Patrimônio líquido	501.168	515.171
Diversos	52.936	58.701	Capital:		
Outros valores e bens	43	125	De domiciliados no exterior	321.122	321.122
Despesas antecipadas	43	125	Reservas de lucros	200.697	175.557
Permanente	3.691	3.825	Ajustes de avaliação patrimonial	128	(113)
Investimentos	6	6	Lucros (prejuízos) acumulados	(20.779)	18.605
Outros investimentos	6	6			
Imobilizado de uso	3.260	3.182			
Outras imobilizações de uso	12.881	13.002			
Depreciações acumuladas	(9.621)	(9.820)			
Intangível	425	637			
Ativos Intangíveis	1.121	2.232			
Amortizações acumuladas	(696)	(1.595)			
Total do ativo	3.465.341	3.231.085	Total do passivo	3.465.341	3.231.085

Demonstrações de Resultados

Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	150.856	(29.239)
Operações de crédito	51.418	23.785
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	98.972	119.498
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4.810)	(172.522)
Resultado de operações de câmbio	5.276	-
Despesas da intermediação financeira	(182.946)	97.038
Operações de captação no mercado	(85.854)	(38.242)
Operações de empréstimos	(19.225)	250.023
Resultado de operações de câmbio	-	(111.495)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.867)	(3.248)
Resultado bruto da intermediação financeira	(32.090)	67.799
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.176)	(31.927)
Receitas de prestação de serviços	20.838	5.338
Despesas de pessoal	(20.580)	(23.215)
Outras despesas administrativas	(9.557)	(11.040)
Despesas tributárias	(2.198)	(3.686)
Outras receitas operacionais	6.097	1.894
Outras despesas operacionais	(1.776)	(1.218)
Resultado operacional	(39.266)	35.872
Resultado não operacional	(60)	(1)
Resultado antes da tributação e participações no lucro	(39.326)	35.871
Imposto de renda e contribuição social	18.547	(16.287)
Provisão para imposto de renda	(10.410)	(12.549)
Provisão para contribuição social	(8.310)	(9.774)
Ativo fiscal diferido	37.267	6.036
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(20.779)	19.584
Lucro líquido (prejuízo) por lote de 1.000 ações - R\$	(9,35)	8,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	58.337	24.668
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(20.779)	19.584
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo)	79.116	5.084
Despesa (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.634	(81)
Despesa de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	76.233	3.329
Depreciações e amortizações	546	625
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	686	1.324
Ajuste ao valor de mercado em ativos financeiros disponíveis para venda	17	(113)
Varição de ativos e obrigações	(217.435)	(243.099)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	(9.483)
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	191.237	(784.651)
Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	-	2
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	2.279	(1.323)
Aumento em relações interdependências	567	64.212
(Aumento) em operações de crédito	(482.057)	(15.180)
Redução em outros créditos	495.542	131.916
Redução (aumento) em outros valores e bens	(256)	157
Aumento em depósitos	326.324	290.107
Aumento em captações no mercado aberto	-	99.500
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(60.628)	5.391
(Redução) em obrigações por empréstimos	(277.899)	(17.934)
(Redução) em outras obrigações	(412.353)	(5.805)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(191)	(8)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(159.098)	(218.431)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(722)	(31)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(722)	(31)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(159.820)	(218.462)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	845.103	552.954
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	685.283	334.492
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(159.820)	(218.462)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 1º de janeiro de 2016	321.122	17.642	156.936	-	-	495.700
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(113)	-	(113)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	19.584	19.584
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	979	-	-	(979)	-
Saldos em 30 de junho de 2016	321.122	18.621	156.936	(113)	18.605	515.171
Saldos em 1º de janeiro de 2017	321.122	18.948	181.749	111	-	521.930
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	17	-	17
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(20.779)	(20.779)
Saldos em 30 de junho de 2017	321.122	18.948	181.749	128	(20.779)	501.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional:

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 10 de agosto de 2017. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e longo prazo, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis:

a) Apuração de resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado. **b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **c) Títulos e valores mobiliários:** O Banco classifica seus títulos e valores mobiliários em títulos para negociação, disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e são valorizados conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068/01, de acordo com as seguintes diretrizes: • **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo contabilizados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. • **Títulos disponíveis para venda** - São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. • **Títulos mantidos até o vencimento** - São os adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros

derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de risco de mercado, em que os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. **e) Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. **f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. **g) Permanente:** Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • **Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável; • **Depreciação:** calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo 10% para móveis, equipamentos, sistema de segurança e instalações e 20% para sistema de processamento de dados; e • **Amortização dos ativos intangíveis:** calculada pelo método linear, em até 10 anos. **h) Redução ao valor recuperável:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 30 de junho de 2017 e 2016 não foram identificadas perdas por *impairment*. **i) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável. O Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias. Com base na Resolução CMN nº 3.059/02 e alterações posteriores, os resultados tributáveis

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 19 "c").

k) PIS e COFINS: As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias): O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

m) Pagamento baseado em ações: Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado dos semestres em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21).

n) Benefícios a empregado pós-emprego: Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN 4.424/15, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a

Empregado. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Para esta modalidade de plano, a obrigação do Banco é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (nota 22).

4. Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2017	2016
Disponibilidades	14.669	10.710
Aplicações no mercado aberto	560.056	323.782
Aplicações em depósitos interfinanceiros	110.558	-
Total	685.283	334.492

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

	2017		2016	
	Até 3 meses	Total	Total	Total
Aplicações no mercado aberto				
Posição bancada	560.056	560.056	323.782	
LFT	99.998	99.998	208.785	
NTN	201.559	201.559	104.998	
LTN	258.499	258.499	9.999	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	110.558	110.558	136.378	
Depósitos interfinanceiros	110.558	110.558	136.378	
Total	670.614	670.614	460.160	

6. Títulos e Valores Mobiliários:

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2017 e 2016 eram os seguintes:

a) Títulos para negociação:

	2017					2016			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria									
LTN	149.942	165.925	6.976	-	-	322.843	322.228	56.164	56.111
NTN	-	24.007	20.536	4.320	1.111	49.974	49.104	43.477	42.727
Subtotal	149.942	189.932	27.512	4.320	1.111	372.817	371.332	99.641	98.838
Vinculados a operações compromissadas									
LTN	-	-	-	-	-	-	-	100.657	100.701
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	100.657	100.701
Vinculados a prestação de garantias									
LTN	-	561.751	57.217	-	-	618.968	614.976	686.408	686.091
Subtotal	-	561.751	57.217	-	-	618.968	614.976	686.408	686.091
Total	149.942	751.683	84.729	4.320	1.111	991.785	986.308	886.706	885.630

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado com base nos preços dos ativos divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

b) Títulos disponíveis para venda:

	2017			2016		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria						
LTN	48.981	-	48.981	48.984	71.349	71.517
Subtotal	48.981	-	48.981	48.984	71.349	71.517
Vinculados a prestação de garantias						
LTN	-	46.970	46.970	46.734	18.155	18.193
Subtotal	-	46.970	46.970	46.734	18.155	18.193
Total	48.981	46.970	95.951	95.718	89.504	89.710

c) Títulos mantidos até o vencimento:

	2017			2016	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Custo atualizado/contábil	Custo atualizado/contábil
Carteira própria					
Debêntures	11.079	102.474	17.406	130.959	147.140
Total	11.079	102.474	17.406	130.959	147.140

O Banco registra a estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito das debêntures, observando os mesmos parâmetros de classificação em níveis de risco para operações de crédito, definido pela Resolução CMN nº 2.682/99. Em 30 de junho de 2017, o custo atualizado/contábil de R\$ 132.563 está deduzido de provisão para perdas no montante de R\$ 1.604 e o valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento representava R\$ 132.657 (2016 - R\$ 148.430). O cálculo do valor de mercado para essa categoria é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, que são descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do spread de crédito. Os títulos privados encontram-se custodiados junto à CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP").

7. Instrumentos Financeiros Derivativos:

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. As operações de futuros, *swap* e termo de moedas (NDF) são registradas em contas patrimoniais, e de compensação pelo valor do contrato ou valor referencial e estão registradas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa") ou na CETIP. Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)
Contratos futuros	3.760.436	738	5.502.583	(29.593)
Posição comprada				
DI	301.540	206	1.251.629	45
DDI	3.458.896	532	4.250.954	(29.638)
Posição vendida	1.442.681	(582)	1.437.155	5.863
DI	820.525	(178)	843.938	173
DDI	95.934	(16)	18.929	148
Dólar	526.222	(388)	574.288	5.542

Em 30 de junho de 2017, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores" no passivo circulante, o montante de R\$ 9 (2016 - R\$ 15), referente a comissões e corretagens a liquidar junto à BM&FBovespa.

	2017		2016	
	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado
	Valor referencial	Valor líquido	Valor referencial	Valor líquido
Contratos de swap	3.485.923	3.475.465	3.905.941	3.732.897
Posição ativa				
CDI	3.485.923	3.475.465	3.905.941	3.732.897
Posição passiva	(3.211.533)	(3.183.874)	(3.522.481)	(3.400.190)
Dólar	(3.211.533)	(3.183.874)	(3.522.481)	(3.400.190)
Termo de moedas	710.966	454.184	325.733	-
Posição ativa				
Dólar	580.995	454.184	85.561	-
Prefixado	129.971	-	240.172	172.652
Posição passiva	(713.967)	(280.668)	(352.504)	(197.750)
Dólar	(129.329)	(280.668)	(195.107)	(197.750)
Prefixado	(584.638)	(456.321)	(71.836)	-
Total do valor líquido	271.389	271.389	356.690	356.690

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais atualizados ao preço de mercado registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento em 30 de junho de 2017 e 2016:

	2017				2016	
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos futuros	476.001	1.958.794	1.164.700	1.603.622	5.203.117	6.939.738
DI	131.949	469.501	321.488	199.127	1.122.065	2.095.567
DDI	3.307	1.303.816	843.212	1.404.495	3.554.830	4.269.883
Dólar	340.745	185.477	-	-	526.222	574.288
Contratos de swap	-	191.741	16.110	66.539	274.390	383.460
CDI	-	1.465.476	528.844	1.491.603	3.485.923	3.905.941
Dólar	-	(1.273.735)	(512.734)	(1.425.064)	(3.211.533)	(3.522.481)
Termo de moedas	2.585	(4.043)	(1.122)	(421)	(3.001)	(26.771)
Dólar	179.194	89.811	105.892	76.769	451.666	(195.107)
Prefixado	(176.609)	(93.854)	(107.014)	(77.190)	(454.667)	168.336

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, estão assim compostos:

	2017	2016
Swap	90.162	880.310
Termo	(7.731)	(29.025)
Futuro	(87.241)	(1.023.535)
Opções	-	(272)
Total	(4.810)	(172.522)

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco, estando assim enquadrado nas Circulares BACEN nºs 3.068/01 e 3.082/02. Esses cálculos são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como BM&FBovespa, Corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. O quadro a seguir demonstra os valores dos contratos designados como instrumentos financeiros de hedge e do item objeto de hedge, nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016:

	2017			2016	
	Instrumentos de hedge	Item objeto de hedge	Valor de custo	Instrumentos de hedge	Item objeto de hedge
	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Estratégia de hedge de risco de mercado	125.127	123.405	123.252	444.832	450.444
Hedge de obrigações por empréstimos externos	125.127	123.405	123.252	444.832	450.444
Total	125.127	123.405	123.252	444.832	450.444

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular do BACEN nº 3.082/02. O Banco aplica o hedge de risco de mercado para proteção contra o risco de exposição cambial para pagamentos de principal e dos juros cambiais prefixados, referente à captação de recursos contraídos no exterior. A estrutura da operação é uma combinação de contratos de Futuro DDI utilizados como instrumentos derivativos de hedge e de obrigações por empréstimos no exterior captados em moeda norte americana, com vencimentos até dezembro de 2018, designados como item objeto de hedge de risco de mercado. O valor a mercado da captação externa, item objeto de hedge, leva em consideração as características da operação com relação a taxa de juros e o seu prazo para determinação do valor futuro dos fluxos de caixa, que serão descontados a valor presente pelas taxas de mercado, calculadas com base nos preços negociados na BM&FBovespa.

8. Gerenciamento de Riscos: Risco operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, reduzir e reportar os riscos da organização, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto a todas as ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pelo departamento de risco operacional, facilitando a disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da diretoria executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação desses riscos. Adicionalmente ao acompanhamento diário, a área de

Risk Management também reporta os principais eventos de risco operacional do mês em um relatório enviado aos chefes de área e às diretorias executivas do Banco e do BNS. **Administração de riscos de mercado e liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo sempre as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de administração e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela diretoria local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN no que se refere à implementação da estrutura de risco de mercado e de liquidez (Resoluções CMN nºs 3.464/07 e 4.090/12). Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193/13. **Administração de risco de crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nºs 2.682/99, 2.844/01, 3.721/09, e outras), e da filosofia de risco da organização, o Banco possui uma estrutura

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

de gerenciamento de risco de crédito, que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para toda a gama de tomadores, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas pelo Banco, e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco, e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos ratings, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, são revistos semestralmente para riscos de crédito que excedam 5% do patrimônio líquido de referência do Banco. De forma sistemática, a diretoria executiva e as áreas de risco atuam ativamente no gerenciamento dos riscos de crédito, que compreende a aprovação dos limites de crédito individuais, e das respectivas políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e dos testes de estresse, testes esses que visam avaliar a resistência da carteira de crédito a cenários econômicos adversos. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento de capital do Banco, que engloba

políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital, está em linha com a política global do BNS, assim como, atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 3.988/11. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e elaboração de relatórios sobre o capital. A diretoria executiva está diretamente envolvida na estrutura de gerenciamento de capital e também é responsável pela revisão e aprovação das políticas internas anualmente. Adicionalmente, ocorre a atuação da diretoria no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por intermédio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito e de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>.

9. Operações de Crédito: a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo:

	2017					2016
	Vencidas Acima de 15 dias	A vencer			Total	
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos		
Setor privado						
Cédula de crédito bancário (CCB)						
Indústria	-	87.193	50.203	99.919	237.315	258.428
Comércio	-	40.754	16.277	-	57.031	34.999
Outros serviços	-	6.580	17.181	29.252	53.013	83.364
Nota de crédito à exportação (NCE)						
Indústria	-	39.859	16.745	70.667	127.271	140.065
Agrícola	-	5.025	66.342	494.280	565.647	79.115
Outros serviços	-	3.118	828	494.280	498.226	-
Financiamento para importação						
Comércio	-	-	5.514	-	5.514	16.657
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - Exportação - Letras a entregar (ACC)						
Comércio	-	1.907	60.000	-	61.907	62.458
Rendas a receber de ACC						
Comércio	-	6.058	-	-	6.058	2.234
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - Exportação - Letras entregues (ACE)						
Indústria	-	159.068	73.271	-	232.339	697.437
Comércio	-	91.208	48.953	-	140.161	433.776
Rendas a receber de ACE						
Indústria	-	67.860	24.318	-	92.178	263.661
Comércio	-	1.921	412	-	2.333	6.580
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - Exportação - Letras a receber de ACC						
Indústria	-	809	87	-	896	4.667
Comércio	-	1.112	325	-	1.437	1.913
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - Exportação - Letras a receber de ACE						
Indústria	-	18.019	26.197	-	44.216	-
Comércio	-	18.019	26.197	-	44.216	-
Operações com característica de concessão de crédito (i)						
Comércio	-	78	99	-	177	-
Indústria	-	78	99	-	177	-
Total						
		100.445	15.529	-	115.974	46.319
		-	15.529	-	15.529	46.319
		100.445	-	-	100.445	-
Total		100.445	292.891	216.524	594.199	1.204.059
						1.090.113

(i) Vide nota 11.

b) Concentração do risco de crédito

	2017	2016
Principal devedor	498.226 (i)	118.267
Percentual sobre o total da carteira de crédito	41,4%	10,8%
20 maiores devedores	1.204.059	1.087.879
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	98,8%

(i) Vide nota 24 "a"

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de Risco	% de Provisão	Total da carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
		2017	2016	Mínima	Ajustada 2017	
					(i) Existente	2016
AA	0,0%	611.386	218.494	-	-	-
A	0,5%	477.473	753.352	(2.387)	(43)	(2.430) (3.767)
C	3,0%	-	118.267	-	-	-(3.548)
D	10,0%	14.755	-	(1.476)	-	(1.476)
H	100,0%	100.445	-(100.445)	-	-	-(100.445)
Total		1.204.059	1.090.113	(104.308)	(43)	(104.351) (7.315)

(i) O provisionamento de ACC e ACE é calculado sobre o adiantamento em reais concedido na data da sua contratação. Em junho de 2017, passou a ser calculado com base no saldo da moeda estrangeira convertido em reais, pela taxa mensal de câmbio fornecida pelo BACEN.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldos no início dos semestres	(26.484)	(4.067)
Constituição de provisão	(77.867)	(3.329)
Reversão de provisão	-	81
Saldos no final dos semestres	(104.351)	(7.315)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo: O montante de créditos renegociados no semestre findo em 30 de junho de 2017 representava R\$ 42.574 (2016 - R\$ 70.637). Durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

10. Carteira de Câmbio - Circulante

	2017	2016
Câmbio comprado a liquidar	291.897	607.537
Direitos sobre vendas de câmbio	4.332	2.346
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	2.510	6.580
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(2.346)
Total	298.739	614.117
	2017	2016
Câmbio vendido a liquidar	4.409	2.264
Obrigações por compra de câmbio	281.825	703.096
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(276.555)	(697.437)
Total	9.679	7.923

11. Outros Créditos - Diversos

	2017	2016
Operações com característica de concessão de crédito (i)	115.974	46.319
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 19 "b")	74.788	36.149
Depósitos judiciais (ii)	34.986	32.476
Antecipação de IRPJ e CSLL	2.373	3.665
Adiantamentos e antecipações salariais	824	743
Impostos e contribuições a compensar	740	83
Valores a receber de sociedades ligadas	131	-
Outros	2	1
Total	229.818	119.436
Ativo circulante	176.882	60.735
Realizável a longo prazo	52.936	58.701

(i) Inclui operações de ACE em atraso com contrato de câmbio de exportação baixado e operações de recebíveis; (ii) Em 30 de junho de 2017, incluiu um depósito judicial no montante de R\$ 17.431 (2016 - R\$ 16.380), relativo a um processo de contingência fiscal (nota 17 "c"). Por determinação judicial, este valor foi transferido de outro processo judicial sobre operações de assunção de

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

dívida, baixado com base na adesão ao programa de anistia fiscal instituída pela Lei nº 11.941/09.

12. Depósitos

	2017				2016	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Depósitos à vista	206	-	-	-	206	5.788
Depósitos interfinanceiros	-	70.089	-	-	70.089	86.428
Depósitos a prazo	-	232.888	257.034	1.174.997	1.664.919	661.466
Total	206	302.977	257.034	1.174.997	1.735.214	753.682

13. Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares:

Em 30 de junho de 2017, o Banco possui obrigação por emissão de Letras Financeiras no montante de R\$ 21.673 (2016 - R\$ 77.111) com vencimento até fevereiro de 2019.

14. Obrigações por Empréstimos:

As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 1.036.183 (2016 - R\$ 1.393.676) estão representados, basicamente, por aplicações destinadas a financiamentos à Exportação, com vencimentos até abril de 2019. As operações são atualizadas pela variação cambial acrescidas de juros que variam de 1,36% a 2,70% ao ano.

15. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias:

	2017	2016
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos (nota 19 "b")	62.941	45.361
Provisão para IRPJ e CSLL sobre lucros a pagar	2.274	-
Impostos e contribuições a recolher	1.284	1.531
Total	66.499	46.892
Passivo circulante	44.454	1.546
Exigível a longo prazo	22.045	45.346

16. Outras Obrigações - Diversas:

	2017	2016
Provisão para contingências fiscais (nota 17 "d")	21.666	20.147
Salários, gratificações e encargos sociais	17.710	17.740
Contas a pagar - despesas administrativas	917	1.022
Provisão para contingências trabalhistas (nota 17 "d")	915	883
Provisão de fundo garantidor de créditos	416	137

d) Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Atualização	Saldo em 30/06/2017	Depósitos judiciais (i)	
						2017	2016
Trabalhistas	925	-	(43)	33	915	249	87
Contingências fiscais	-	-	-	-	-	12.339	27.884
Obrigações legais	20.970	101	-	595	21.666	22.398	4.505
Total	21.895	101	(43)	628	22.581	34.986	32.476

(i) Vide nota 11

18. Patrimônio Líquido:

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 2.221.627.157 (2016 - 2.221.627.157) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração deliberará em Assembleia Geral, a cada semestre, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	(39.326)	(39.326)	35.871	35.871
Adições (exclusões) temporárias	48.529	48.529	(39.147)	(39.147)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(35.681)	(35.681)	(49.282)	(49.282)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	77.867	77.867	3.248	3.248
Outras	6.343	6.343	6.887	6.887
Adições (exclusões) permanentes	(1.846)	(1.845)	755	755
Base tributável	7.357	7.358	(2.521)	(2.521)
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(2.207)	(2.207)	-	-
Base tributável após a compensação	5.150	5.151	(2.521)	(2.521)
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(1.275)	(1.030)	-	-
Incentivos fiscais	30	-	-	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(1.245)	(1.030)	-	-
Crédito tributário	20.746	16.521	3.395	2.641
Passivo fiscal diferido	(9.165)	(7.280)	(12.549)	(9.774)
Total	10.336	8.211	(9.154)	(7.133)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem:

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo em 30/06/2017
Créditos tributários				
Refletido no resultado	37.521	39.209	(1.942)	74.788
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	12.457	1	(993)	11.465
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	8.758	275	(4)	9.029
Provisões indedutíveis	4.087	2.544	(21)	6.610
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.891	35.938	(875)	46.954
Provisão para riscos de crédito	328	451	(49)	730
Total	37.521	39.209	(1.942)	74.788

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo em 30/06/2017
Passivo fiscal diferido				
Refletido no resultado	(46.391)	(17.137)	692	(62.836)
Marcação a mercado de derivativos	(38.335)	(15.355)	-	(53.690)
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	(1.759)	(1.390)	692	(2.457)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(6.297)	(392)	-	(6.689)
Refletido no patrimônio líquido	(91)	(86)	72	(105)
Marcação a mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	(91)	(86)	72	(105)
Total	(46.482)	(17.223)	764	(62.941)

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de Realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º Ano	6.252	5.391	11.643
2º Ano	47.367	6.074	53.441
3º Ano	675	-	675
4º Ano	-	-	-
5º Ano	-	-	-
6º ao 10º Ano	9.029	-	9.029
Total	63.323	11.465	74.788
Valor Presente (*)	51.034	10.053	61.087

(*) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada.

Na data do balanço, inexistem créditos tributários não ativados.

20. Partes Relacionadas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. **a) Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2017	2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Disponibilidades	9.284	158	7.740	15.794
BNS	9.284	158	7.740	15.794
Carteira de câmbio - posição ativa	8.700	-	567	17
BNS	8.700	-	567	17
Valores a receber (pagar) sociedades ligadas/receitas (despesas) de prestação de serviços	(104)	-	21.907	4.364
BNS	(235)	-	18.958	3.808
Scotiabank & Trust (Cayman)	-	-	1.235	556
Scotiabank Inverlat (México)	131	-	1.714	-
Depósitos a prazo	(713)	(631)	(38)	(32)
Scotia Participações e Serviços	(713)	(631)	(38)	(32)
Obrigações por empréstimos (1.030.125)	(1.391.442)	(18.637)	249.060	249.060
BNS	(1.030.125)	(1.391.442)	(18.637)	249.060
Carteira de câmbio - posição passiva	(8.740)	-	(210)	(5)
BNS	(8.740)	-	(210)	(5)
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	-	4.814	-	-
Scotiabank Uruguai	-	4.814	-	-

b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2017 totalizam R\$ 3.844 (2016 - R\$ 3.024), sendo formadas por R\$ 3.125 (2016 - R\$ 2.480), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos sobre gratificações, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 719 (2016 - R\$ 544), que representa remuneração baseado em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21. Pagamento baseado em ações:

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP. **a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de 2017, o valor do passivo provisionado

para este plano é de R\$ 975 (2016 - R\$ 953) e a quantidade total de ações é de 7.123 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,186 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 149 (2016 - R\$ 300). **b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 30 de junho de 2017, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 3.661 (2016 - R\$ 4.074) e a quantidade total de ações é de 28.673 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,186 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 263 (2016 - R\$ 547). **c) Plano de Desempenho Diferido (DPP - Deferred Performance Plan):** No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 30 de junho de 2017, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 2.572 (2016 - R\$ 2.164) e a quantidade de ações é de 12.309 unidades mensuradas pelo valor justo médio ponderado de R\$ 0,169 por ação, apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 487 (2016 - R\$ 532).

22. Benefícios a empregado pós-emprego:

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2017, é de R\$ 429 (2016 - R\$ 425). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

23. Índice de Basileia e Limites Operacionais:

O Banco apura o índice de Basileia (Novo Acordo de Capital) e os limites operacionais com base nas diretrizes do BACEN, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Patrimônio de referência (PR)	491.690	504.474
PR mínimo exigido para o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	196.055	308.014
Valor correspondente ao R_{BAN}	444	640
Valor da margem	295.191	195.820
Índice de basileia	23,20%	16,17%
Índice de imobilização - Resolução CMN nº 2.283/96	0,69%	0,70%
Razão de Alavancagem (RA)	15,92%	15,34%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do PR ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50% do valor do PR ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Banco encontra-se enquadrado em todos os limites.

24. Outras Informações:

a) Operações ativas vinculadas - Circular BACEN nº 3.233/04: Em 30 de junho de 2017, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921/02, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2017	2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Operações de crédito				
NCE (nota 9 "a")	498.226	-	30.556	-
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior (nota 14)	(500.101)	-	(32.431)	-
Resultado líquido			(1.875)	-

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação. O resultado líquido apresentado destas operações, reflete o critério contábil para atualização cambial de operações ativas e passivas contratadas com cláusula de reajuste cambial, conforme definido pelo BACEN. Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.844/01.

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos acionistas do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo - São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
 Contador CRC 1SP176273/O-7



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
CNPJ nº 29.030.467/0001-66
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo - SP

Tel.: (11) 2202-8100
www.br.scotiabank.com